



ASSEMBLEIA GERAL
SECRETARIA
DIREÇÃO-GERAL

XLIXª Legislatura
Quarto
Período

COMISSÃO ESPECIAL DE FUTUROS

Pasta S/C

Documento distribuído:
114/2023
12 de dezembro de 2023

JUNTA EXECUTIVA DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)

Visita

Registro taquigráfico da sessão do dia
12 de dezembro de 2023

PRESENÇAS

Preside: Legislador Rodrigo Goñi (Presidente)

Membro: Legisladora Carmen Sanguinetti

Convidados: Pela Junta Executiva do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):

Mahsa Jafari, Dalita Balassanian, Horst Rutsch, Tanvi Mani, Maritza Chan Valverde, Martin Kimani Mbugua, Muhammad Abdul Muhith, Sergiy Kyslytsya e Alfonso Fernández de Castro

Secretaria: Sr. Vladimir De Bellis (Secretário) e Sra. Sofia Martorano (Subsecretária)

COMISSÃO ESPECIAL DE FUTUROS

(Reunião de 12 de dezembro de 2023)

(Comparece a Junta Diretiva do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD)

SENHOR PRESIDENTE (Rodrigo Goñi Reyes).—Havendo quórum, está aberta a reunião.

(São 15h12)

—Temos uma apresentação de quinze minutos e depois vamos visitar a vice-presidente da República, que também preside a Assembleia Geral. É a mesma pessoa.

Em primeiro lugar, muito obrigado pelo apoio de vocês, que foi muito importante e relevante para desenvolver nossa experiência — permitam-me apresentar Lydia Garrido, nossa consultora —, e também pelo apoio do PNUD.

Pedi a Lydia que nos oferecesse uma breve apresentação sobre nosso processo, que foi um processo curto. A Comissão Especial de Futuros do Parlamento começou em 2021; passaram-se apenas dois anos. Acreditamos ter conseguido adquirir experiência rapidamente. Tivemos resultados muito bons, não apenas neste Parlamento, mas também em outros parlamentos, por exemplo na recente Cúpula que realizamos em setembro.

Apresento-lhes a senadora Carmen Sanguinetti.

SENHORA GARRIDO (Lydia) (Interpretação do inglês).—A apresentação está em espanhol, mas vamos fazê-la em inglês.

(A exposição é acompanhada de uma apresentação em PowerPoint)

—Esta é uma apresentação muito breve sobre as atividades desde 2021 até este momento.

O principal objetivo da Comissão de Futuros é contribuir para o Parlamento do século XXI, com foco na governança antecipatória como sistema de inteligência coletiva. A base é que os tomadores de decisão tenham informações de qualidade, assim como fortalecer as competências antecipatórias. Para isso, temos metodologias sólidas e inovadoras para construir com base científica. São processos que, em sua metodologia, se voltam intensamente à criação de conhecimento coletivo e à concepção de produtos que nos permitam mostrar como articulamos pessoas e propósitos, buscando construir conhecimento e informação como chave da abordagem.

Isso começou em setembro de 2021 e aqui estamos, imersos nesse processo.

Aqui temos uma foto da Cúpula. Convocamos todos os parlamentares de 2022–2023 dos parlamentos do mundo para a Comissão de Futuros e estamos muito orgulhosos dos resultados. Temos mais de trezentos parlamentares e especialistas de quase setenta países, além de seiscentos participantes em atividades paralelas. Também contamos com

representantes da academia de nosso país e de outros países, empresas, especialistas em inteligência artificial e organizações multilaterais.

Neste mapa, vemos os países que participaram e vocês podem perceber que temos uma participação muito forte de todo o mundo.

Vamos passar por isso muito rapidamente para mostrar que começamos a organizar a Cúpula em outubro do ano passado. Portanto, tivemos um ano para organizá-la. Foi um processo de inteligência coletiva extremamente importante para fortalecer redes e a sensibilização para as competências antecipatórias, a prática de uma governança antecipatória.

Apenas para que vejam as imagens: aqui, além de trabalhar na Cúpula, trabalhamos paralelamente para alcançar um conhecimento sólido para o estudo da Comissão de Futuros sobre o que está sendo desenvolvido em relação ao futuro do trabalho e ao trabalho do futuro. Neste caso, pelo tema da Cúpula — a inteligência artificial —, sob o título de Comissão de Futuros no contexto da evolução da inteligência artificial.

Portanto, temos muitas ideias para contribuir ao estudo do trabalho, incluindo a inteligência artificial.

Para 2024, está prevista uma nova Cúpula com a sistematização de todo o conhecimento que conseguimos reunir.

Durante a Cúpula, também tivemos os principais apresentadores e contamos com a organização de oficinas e reuniões, igualmente importantes.

Estaremos concluindo com a obtenção das últimas publicações sobre o trabalho e também com um programa para dar continuidade à capacitação em governança antecipatória.

SENHORA SANGUINETTI (Carmen) (Interpretação do inglês).—Em

primeiro lugar, obrigada por estarem aqui, e desculpem o atraso, pois acabei de terminar em outra Comissão.

Gostaria de acrescentar algumas coisas. Acho importante que tenham a perspectiva de que, no Parlamento uruguaio, a Comissão de Futuros é uma das comissões em que estão ocorrendo as melhores práticas. Temos uma escala de país que nos permite manter conversas muito fluidas com a academia. Acho que foi um excelente exemplo para todo o trabalho que fazemos aqui e, certamente, gostaria de apoiar o que Lydia Garrido e Rodrigo Goñi disseram na comissão da Cúpula, com pessoas de tantos países. O que pudemos ver na Finlândia foi um convite aberto. O nível da conversa foi muito inspirador e interessante. Acho que a referência que estabelecemos ficou muito alta. É muito interessante estarmos trabalhando com vistas ao ano que vem.

Obrigada pelo apoio e pelo impacto do trabalho que estão realizando. É claro que isso transcende nosso país e foi muito inspirador para o restante do mundo.

SENHOR PRESIDENTE.—Nosso processo foi curto, porque o iniciamos em 2021, mas, como vocês viram na apresentação, foi muito intenso e produtivo. Os objetivos que traçamos foram cumpridos. Fomos

descobrimos efeitos positivos que não prevíamos como os mais importantes. Um deles é o que começamos a discutir durante o almoço: no âmbito parlamentar, poder incorporar outros atores que são muito importantes no mundo de hoje — por exemplo, todo o ecossistema de inteligência artificial e as novas tecnologias, que integramos permanentemente ao Comitê —, mas também as novas gerações, que, estamos convencidos, dão um impulso enorme. Impulsionam politicamente. Têm muita força. E, como esses são os temas que mais lhes importam, realmente conseguiram ampliar isso para a sociedade, o que considero um exemplo a seguir. Nos comitês de futuros, é preciso integrar mais as novas gerações, porque sabem mais do que nós sobre tudo o que está por vir e, além disso, porque hoje têm essa força impressionante na comunicação.

O outro tema que compartilhávamos com vocês é o seguinte. Em um mundo polarizado — os parlamentos estão muito polarizados —, esta Comissão de Futuros permite colocar temas que nos obrigam a chegar a um acordo. Essa é uma das grandes vantagens que constatamos aqui.

Por fim — e para isso gostaríamos que o PNUD pudesse continuar nos acompanhando —, não é possível fazer antecipação com improvisação. É necessário usar uma metodologia que precisa ser aprendida. Alguns podem aprendê-la com mais facilidade. Há parlamentos de países desenvolvidos que talvez tenham mais facilidade nesse aprendizado. Na América Latina, por exemplo, muitos parlamentos nos pediram que transmitíssemos o que temos aprendido. Para quê? Para realizar essa dinâmica de antecipação que, repito, tem exigências metodológicas que fomos aprendendo e, sobretudo, aplicando. Ou seja: demonstramos em dois anos que é uma possibilidade real fazer o que estamos fazendo. Vamos continuar. Justamente agora, em 2023, a evolução da inteligência artificial explodiu. Isso permite abordar uma enorme quantidade de temas parlamentares e sociais sob a perspectiva da antecipação. O Uruguai vinha promovendo, especialmente no âmbito da ONU, que os parlamentos, como o senhor dizia, se incorporem a essa discussão. É fundamental. Por quê? Pelo que acontece conosco na América Latina. Quando alguns temas são discutidos apenas no nível dos governos executivos, há perspectivas que não estão na mesa, e o que foi discutido em uma Cúpula maravilhosa depois não chega ao restante da sociedade. Os parlamentos têm essa possibilidade. Por isso o Uruguai, repito, fez uma proposta nesta segunda-feira, 11 de dezembro, para que os parlamentos se integrem por meio dos comitês de futuros. Já existem, em vários países, e estão se expandindo grupos parlamentares que trabalham dessa forma.

Essa é nossa experiência. Agradecemos especialmente porque o PNUD nos apoiou desde o primeiro momento. Por que isso era importante? Não apenas pelo aspecto econômico, mas porque era fundamental realizar esses processos com um ator externo que nos assessorasse, e não apenas a partir do Parlamento. Por isso Lydia Garrido foi contratada pelo PNUD, o que dava a todos os partidos a garantia de que o processo estava sendo conduzido a partir dali.

Por isso queremos, por pelo menos mais um ano — tomara que mais —, poder continuar esse processo com o PNUD, que poderíamos concluir no fim de 2024. SENHOR FERNÁNDEZ DE CASTRO (Alfonso).—Em primeiro lugar, quero agradecer por meio do presidente Rodrigo Goñi e da senadora Carmen

Sanguinetti. Para nós, é um prazer e uma honra poder acompanhar esse processo. Como sempre diz nosso administrador do PNUD, Achim Steiner, “A matter of choice”: o desenvolvimento é uma questão de decisões e, neste caso, o Uruguai decidiu, e sua decisão foi se preparar para o futuro. Com essa visão, começou a percorrer esse caminho, que tem suas próprias incertezas, como nos dizia Lydia Garrido. É claro que é preciso contribuir com metodologia, mas também com coragem para entrar em um espaço novo. Para nós, desde 2021, isso tem sido, de fato, uma honra e um aprendizado. Acho importante destacar esse elemento fundamental. É como temos conversado muitas vezes. Esperamos poder contribuir, mas aprendemos muito nesse trabalho conjunto, que depois faz parte do que podemos levar a outros lugares, assim como podemos trazer para cá outras experiências que aprendemos em outros locais.

Acho que, até hoje, esses aprendizados que tivemos conjuntamente — como a abordagem de trazer vozes distintas, diferenciadas; no primeiro ciclo, o tema foi o futuro do trabalho e o trabalho do futuro — são algo que continuará em construção. Essa construção é contínua e temos de buscar uma forma de sintetizá-la e compartilhá-la. Na última Cúpula de Futuros, um dos elementos que já vinha sendo trabalhado era a questão do guia. É um guia que, como tal, continuará em construção, conforme os aprendizados e a rede. Há o compromisso de colocá-lo a serviço ou à disposição de outros países, por meio do PNUD, que é uma rede de desenvolvimento pertencente aos países e que se nutre das experiências e visões dos diferentes países. Portanto, podem contar com nosso compromisso de continuar acompanhando.

Muito obrigado.

SENHOR KIMANI MBUGUA (Martin) (Interpretação do inglês).—Não quero me estender muito, mas quero agradecer aos legisladores pela presença na Casa do Povo.

Acho que eu faço política e vocês fazem política. Em outro sentido, quando as políticas se transformam em politicagem, pode haver problemas. Gostaria de compreender como é o trabalho da Comissão de Futuros, como é a legislação específica na busca de respostas ao que as pessoas querem hoje com vistas ao futuro, como vocês navegam politicamente e com quais meios trabalham.

SENHORA SANGUINETTI (Carmen) (Interpretação do inglês).—É uma questão interessante. Quando comecei a participar da Comissão de Futuros, lembro que em muitos eventos surgiu essa ideia de pensar na forma mais rápida de se conectar com o futuro das pessoas, já não com as pessoas que estão na rua, seus filhos e netos, mas com a geração do futuro. No âmbito do PNUD, há trabalhos interessantes sobre a necessidade de acompanhar uma agenda de temas que impactem as gerações futuras. Há outras coisas que podem ser ditas em relação à sua pergunta, mas essa é a forma mais concreta de se conectar com o futuro.

SENHOR PRESIDENTE.—Há duas grandes áreas para trazer o futuro ao presente, por exemplo quanto às leis que estão sendo discutidas. Neste ano de 2023, discutimos e aprovamos a reforma da seguridade social. Tínhamos trabalhado na Comissão de Futuros sobre o que significa uma

sociedade em que as pessoas vivem cada vez mais anos. Foi uma das conclusões do primeiro trabalho. Se tínhamos visto que temos sociedades cada vez mais longevas — assim foi o primeiro relatório —, quando discutimos a reforma da seguridade social, todo o Parlamento já tinha tido acesso a essa evidência e tinha mais clareza sobre a necessidade de avaliar como abordar a seguridade social em sociedades nas quais as pessoas vivem cada vez mais.

Assim, impregnamos muitas das leis em discussão com essa visão do que está por vir. O que trouxemos? Que tínhamos sociedades que vivem cada vez mais; portanto, a reforma da seguridade social foi marcada por esse relatório.

Outra conclusão de nosso trabalho foi que, como sociedade, tínhamos necessariamente de caminhar para a aprendizagem permanente. Assim, participamos de projetos de lei que reformulam as instituições de aprendizagem que o Uruguai já possui para a recapacitação — que era mais restrita, destinada aos trabalhadores que perdem o emprego, um segmento muito pequeno —, para que atendam à sociedade como um todo e de forma permanente. Ou seja: aquilo que era um instituto pequeno para recapacitar trabalhadores que ficavam desempregados está sendo reformulado para se tornar instituições que devem prestar um serviço permanente de aprendizagem a toda a sociedade.

Passou muita gente por aqui. O primeiro relatório teve mais de 150 atores, dos mais relevantes do Uruguai, que o assinaram. Todas essas constatações, do futuro ao presente, permitiram que a legislação já em andamento e outra que precisava ser criada tivessem essa base. Isso é muito importante, porque começamos a discutir a legislação já com essa visão do que está por vir, com as tendências emergentes. Toda a legislação em andamento para a regulação digital, inclusive para estabelecer um marco relacionado à inteligência artificial, deve-se também ao fato de nossos relatórios da Comissão de Futuros terem mostrado que essas grandes mudanças ou tendências estão muito próximos.

Eu diria que isso acaba tendo um impacto muito maior do que imaginávamos em reformas importantes que, de outra forma, teriam ficado travadas. Além disso, como todos os partidos políticos integram a Comissão, estamos mais dispostos a abordar legislações mais ambiciosas que, sem esses relatórios, pareceriam mais ousadas. Propor investimentos importantes do Estado, quando aparentemente não são a necessidade mais imediata: se aparecem aqui, trabalhados por todos os partidos, nós os tratamos como uma realidade muito próxima. Não sei se consegui responder.

A vice-presidente está nos esperando.

SENHORA CHAN VALVERDE (Maritza).—Costa Rica e Uruguai temos uma taxa de natalidade ultrabaixa, mas, quando falamos de gerações futuras, em nosso caso não estamos falando dos jovens nem das crianças, mas dos adultos mais velhos, que seremos a maioria. Como vocês incorporaram essa dimensão à Comissão de Futuros em relação a uma população que será majoritariamente idosa?

Pelo que observei, vocês estão caminhando para um Plano Nacional de Inteligência Artificial, com capacidade de se tornar o Centro de

Inteligência Artificial das Américas, como indica o Índice de Prontidão para a Inteligência Artificial do PNUD. Como vocês conseguiram trabalhar em direção a esse Índice e consolidá-lo ao reduzir a exclusão digital? Pelo que vimos e ouvimos, com o Plano Ceibal e o Plano Ibirapitá, vocês têm agora 83% de conexão à internet em todo o país. Estão trabalhando para reduzir essa exclusão. São números altíssimos. Que lições os demais países poderiam aprender para fazer o que vocês estão fazendo?

SENHORA SANGUINETTI.—Com o One Laptop per Child, o Uruguai se colocou na vanguarda e se tornou um caso de estudo para o restante do mundo. Acho que temos aí um caso de sucesso.

Quanto às sociedades longevas, a verdade é que aprendemos com Lydia que isso não é necessariamente algo ruim, apesar do estigma que carrega. Aqui falo a título pessoal, porque estudei bastante as políticas que fracassaram quase no mundo todo na tentativa de aumentar a natalidade. Acho que a França é o único país que não conseguiu reverter sem estabilizar. Acredito que a saída tem mais a ver com a imigração. Seria preciso seguir por esse lado. É claro que há uma determinada quantidade de pessoas no mundo e seremos muitos países com essa mesma política, mas este governo deu alguns sinais nesse sentido que, pessoalmente, acho que devem ser aprofundados. Parece-me que o caminho é esse.

Também acho que há uma mudança de paradigma com essa questão das sociedades longevas. Avançamos um pouco, timidamente, a partir desta Comissão, mas sem dúvida ainda falta muito.

SENHOR PRESIDENTE.—A vice-presidente da República está nos esperando; pedimos a ela que fizesse uma pausa em sua agenda para nos receber. Portanto, se concordarem, continuamos conversando com a vice-presidente.

Muito obrigado.

Encerra-se a reunião.

(São 15h53)

